O negro escravo como imigrante forçado

Clóvis Moura*

O problema do processo imigrantista no Brasil nunca foi analisado considerando-se o negro africano um imigrante compulsório, que foi trazido para o Brasil através da chamada **diáspora negra**, já definida como a "maior migração forçada da história". A economia colonial exigia a mão-de-obra escrava como elemento fundamental para dinamizar a sua estrutura, e, por isto, foram organizadas companhias marítimas encarregadas de transportar e comercializar milhões de seres humanos. Por uma série de razões, a África foi o local escolhido para se realizar esta pilhagem genocídica e o seu território transformado no palco da mais bárbara caçada humana da história.

As estimativas sobre o número total de africanos distribuídos para a América do Sul, Caribe, América do Norte e outros locais variam muito e a existência do contrabando de escravos dificulta ainda mais essa avaliação. Apesar disto, pesquisadores dizem que vieram para o Novo Mundo, especialmente Antilhas, colônias espanholas e Brasil cerca de doze milhões de negros. Este número é apresentado pela Enciclopédia Católica. Acharnos, porém, que este número é muito modesto em relação àquele processo em curso durante a formação do sistema capitalista. Halps estima que, de 1517 a 1807, não menos do que cinco milhões de escravos africanos foram importados pela América e incorporados ao seu

sistema de trabalho, especialmente nas **plantations** dos Estados Unidos, Brasil, Jamaica, Cuba e outras regiões de colonização espanhola. Os cálculos de E.D. Morel, citados por Artur Ramos (1) estabelecem os seguintes números para o período de 1666 a 1800:

1666-1789 - Uma média de 70.000 escravos **per anum** importados para as colônias americanas, ou um total de 3.500.000.
1752-1762 - Só Jamaica importou 71.115 escravos.
1759-1762 - Só Guadalupe importou 40.000 escravos.
1776-1800 - Uma média de 74.000 escravos **per anum** foram importados para as colônias americanas, ou um total de 1.850.000.
Média anual: pelos ingleses, 38.000; pelos portugueses, 10.000; holandeses, 4.000; franceses, 20.000 e dinamarqueses, 2.000.

Como forma indireta de se avaliar a importância do tráfico na formação e desenvolvimento estrutural do modo capitalista de produção podemos apresentar alguns dados complementares, fornecidos por Marx Weber (que, aliás, minimiza essa participação como elemento organizacional, contrapondo-se a Sombart que o apresenta como um dos fatores proeminentes na estruturação do capitalismo) expostos no seu trabalho sobre história econômica geral, onde escreve:

"Pode-se calcular que no início do século XIX viviam nos territórios coloniais da Europa, 7 milhões de escravos. Entre eles a mortalidade era muito grande, cifrando-se, ainda no século XIX em cerca de 25%; em épocas anteriores foi porém bem maior. (...) De 1807 a 1848 importaram-se da África outros cinco milhões de escravos e o conjunto de exportados dali para as zonas transoceânicas pode ser comparado à população de uma grande potência européia do século (XVIII)." (2)

Referindo-se de modo particular, ao comportamento da Inglaterra **após a abolição do tráfico**, Weber afirma que:

"A resolução do Congresso permitiu aos ingleses esmagar o comércio de escravos dos outros, porém não impediu que ela própria continuasse dedicando-se a um contrabando cada vez mais intenso dessa

mercadoria. Assim, de 1807 a 1847, com a ciência e a paciência do governo, foram trasladados 5 milhões de escravos da África para as colônias inglesas." (3)

Se confrontarmos os diversos dados e números que foram apresentados acima, oriundos de múltiplas fontes, podemos ver que há diferenças quanto à quantidade exata dos negros que foram trazidos para o Novo Mundo. Essas discrepâncias, no entanto, não invalidam o fato fundamental, que é a grande importância numérica do tráfico, especialmente para o Brasil.

Aquelas inexactidões apresentadas em relação ao tráfico negreiro no âmbito continental repetem-se em relação ao Brasil. Não temos possibilidades de estabelecer o número exato de africanos trazidos para o nosso território com o tráfico. As estimativas variam muito e há sempre uma tendência a se minimizar o seu

número em face da filosofia do **branqueamento** que existe em grandes camadas da população brasileira. As discussões tiveram início quando se procurou quantificar essa população africana escrava, e, com isto, estabelecer-se um padrão do que se poderia chamar de **homem brasileiro**. Essas estimativas oscilam desde a de Rocha Pombo que afirma que o seu número foi de dez milhões, às de Renato Mendonça que afirma ter sido de 4.830.000.

Esse autor que fez os seus cálculos baseado em estatísticas aduaneiras, excluindo, portanto, o contrabando que passou a funcionar a partir de 1831, apresenta o seguinte quadro para ele comprobatório:

DISTRIBUIÇÃO INTERNA DOS ESCRAVOS NO BRASIL

Essa população negra-escrava, ao vir compulsoriamente para o Brasil, constituiu-se, no nosso mais importante segmento étnico e populacional. Uma amostra da sua importância podemos aferir no fato de que durante o tráfico o Brasil foi a região que mais africanos recebeu, importando cerca de 40% dessa massa escrava quase 10 milhões de imigrantes forçados. Nove vezes mais do que os Estados Unidos que absorveram 6% e muito mais do dobro da América Hispânica, com 18%; do Caribe Inglês, com 17% e do Caribe Francês, com 17%.

Esse componente populacional foi distribuído de acordo com o modo-de-produção escravista que se instalou no Brasil e dos interesses da

NÚMERO DE ESCRAVOS ENTRADOS NO BRASIL (avaliação feita baseada em estatísticas aduaneiras)

	REGIÕES	ENTRADAS ANUAIS	TOTAL ANUAL	TOTAL DE IMPORTAÇÃO
Século XVI	Todo o Brasil			30.000
Século XVII	Brasil holandês	3.000		
	Brasil português	5.000	8.000	8.000
Século XVIII	Pará	600		
	Recife	5.000		
	Bahia	8.000		
	Rio	12.000	25.000	2.500.000
Século XIX (até 1850)	Rio	20.000		
Durante o tráfico	Todo o Brasil		50.000	1.500.000 4.850.000

Fonte: Renato Mendonça. *A influência africana no português do Brasil*. RJ. Editora Nacional, 1935

economia de exportação aqui existente. A sua distribuição foi feita da seguinte maneira:

a) **Bahia**, com irradiações para Sergipe, onde os escravos negros foram redistribuídos para os campos e plantações de cana-de-açúcar, fumo, cacau, para os serviços domésticos urbanos e, posteriormente, serviços de mineração na zona diamantina;

b) **Rio de Janeiro e São Paulo**, onde os negros foram encaminhados para os trabalhos das fazendas açucareiras e cafeeiras da Baixada Fluminense e para os serviços urbanos;

c) **Pernambuco, Alagoas e Paraíba**, focos de onde se irradiou uma enorme atividades nas plantações de cana-de-açúcar e de algodão no nordeste;

d) **Maranhão**, com irradiações para o **Pará**, região onde predominou a cultura de algodão;

e) **Minas Gerais**, com irradiação para **Mato Grosso e Goiás**, com o trabalho voltado para a mineração, durante o século XVIII.

A esse esquema proposto por Artur Ramos podemos acrescentar os negros africanos que entraram diretamente para a região amazônica. Até 1850 esse fluxo migratório de africanos será uma constante, repondo a população escrava, em consequência do seu alto nível de mortalidade. Após a extinção do tráfico há outro deslocamento demográfico dessa população, pois as áreas prósperas do sudeste começam a comprá-la, através do tráfico interprovincial. Aquelas populações que foram fixadas no nordeste e mesmo norte são enviadas para as novas áreas de trabalho que decolam.

MIGRAÇÃO INTERNA PÓS-ABOLIÇÃO

Quando ocorre a abolição, a distribuição demográfica dos escravos no Brasil era a seguinte:

Após o 13 de maio, os ex-escravos saem das fazendas e emigram para as grandes cidades, especialmente a capital de São Paulo. Assim, inicia-se o processo de marginalização do negro, ele se reduz a um

DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS NO BRASIL EM 1888

REGIÃO	NÚMERO	%
Região Norte: Pará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe	130.000	18
Centro: Bahia, Espírito Santo e Mato Grosso	100.000	14
Sul: Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	480.000	68
Nota: Amazonas e Ceará já haviam libertados os seus escravos em 1884.		
Fonte: Roberto Simonsen. <i>As consequências econômicas da abolição</i> . In: <i>Revista do Arquivo Municipal, SP, ano IV, nº XLVII</i> .		

componente sobranter, sem possibilidades de integração social, econômica e cultural. O imigrante que foi trazido e privilegiado através de uma política imigrantista subvencionada já havia ocupado o centro do sistema de produção que emergia. Como escreve Richard Morse "os ex-escravos que vinham em grande quantidade das fazendas habitavam muitas vezes casebras miseráveis, trabalhando mediante salários ínfimos em serviços de lixo, que os brancos desdenhavam como indignos." (4)

Contra o negro passam a funcionar todos os estereótipos racistas designando-o como preguiçoso, ocioso, amoral e incapaz para o trabalho regular. Isto determina a compressão do espaço social no qual ele tem de sobreviver, caindo no alcoolismo, na baixa prostituição, na criminalidade e no suicídio.

Neste universo anômico, como demonstrou José de Alcântara Machado, o negro e o mulato, entre 1879 e 1894, pegando-se, portanto, o período escravista e o início do trabalho livre, são os que mais se suicidam. A taxa de suicídios desses segmentos étnicos excediam em muito a dos brancos. (5)

Aliás, o perfil social do Brasil no final do escravismo já apresentava todos os sintomas de uma estrutura inteiramente desarticulada do ponto de vista de ter capacidade para absorver a mão-de-obra livre que se criava. Senão vejamos:

Essa grande população desocupada era exatamente aquela que estava saindo das senzalas e não tinha condições de se incorporar ao processo de trabalho livre, pois já haviam sido criados os mecanismos ideológicos capazes de barrá-la. O número de desocupados, por isto, somava quase o dobro dos trabalhadores livres. Era, portanto, uma substituição a curto prazo não apenas das suas relações de produção, mas do próprio trabalhador no conjunto da economia brasileira.

O trabalhador negro, ex-escravo, foi, portanto, afastado sistematicamente da dinâmica da força de trabalho emergente no modo de produção de capitalismo dependente que substituiu o escravismo.

Outra particularidade que convém acrescentar como elemento diferenciador do processo de marginalização do ex-escravo, especialmente de São Paulo, é o curto espaço de

População incluindo as seis principais províncias do país: São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro em 1882:

Trabalhadores livres	1.433.170
Trabalhadores escravos	656.540
Desocupados	2.822.583

Fonte: J.M. Camargo Jr. *A abolição e suas causas*. In: "Estudos Afro-brasileiros. Rio de Janeiro, 1935

tempo que decorre entre a sua introdução como escravo, (em larga escala através do tráfico interprovincial) e sua substituição pelo trabalhador estrangeiro. O início de decolagem do surto cafeeiro que podemos situar por volta de 1850, já encontra as fontes internacionais de reposição do escravo fechadas. O negro teve de ser adquirido rapidamente em outras províncias de economia decadente e, num período de apenas trinta e oito anos, é incorporado como trabalhador ao centro do sistema. Em seguida, é desincorporado abruptamente e atirado compulsoriamente à franja marginal do novo modo de produção.

De modo muito genérico podemos ver três etapas da dinâmica migratória do africano e, posteriormente, do negro no Brasil:

Primeira fase: tráfico internacional entre a África e o Brasil, legal até 1831 e ilegal até a sua abolição real em 1850. Os africanos, vindos de diversas regiões do continente negro desembarcavam no Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Alagoas, Pernambuco, Maranhão e eram redistribuídos para outras áreas como Minas, Goiás, Mato Grosso, etc.

Segunda fase: após a extinção do tráfico internacional, através do tráfico interprovincial (interno), os escravos de Pernambuco, Bahia, Ceará, Alagoas, etc. são vendidos para o Rio de Janeiro e São Paulo.

Terceira fase: após o 13 de maio os negros que se concentravam no sudeste (zona araraquarense, oeste paulista, vale do Paraíba, migram para as capitais, especialmente São Paulo, formando a franja populacional marginalizada da cidade, sem conseguir se recompor social, econômica e culturalmente até hoje.

Conclusão

Nesse processo histórico, o negro africano foi um imigrante **forçado** durante a escravidão, após o 13 de maio passou a ser considerado um imigrante **indesejável**. No dinamismo que se sucedeu à abolição, não se querendo aproveitar o trabalhador nacional não-branco, que estava jogado à franja marginal desocupada, os políticos e empresários estabele-

ceram uma política migratória para o Brasil. Houve, ao mesmo tempo, uma estratégia ideológica para se saber qual, do ponto de vista ético, seria o melhor imigrante para o Brasil. Em 1920 a Sociedade Nacional de Agricultura fez uma pesquisa para saber como seria recebido o imigrante negro, isto é, se ele seria benéfico ao Brasil na sua qualidade de imigrante. Mesmo com a alegada crise da mão-de-obra, aliás inexistente, pois o número de trabalhadores nacionais não aproveitados era imenso, a ideologia racista dos empresários revelou-se nos resultados.

contribuir esses imigrantes para a pujança da festa. Faltava algo: "O imigrante negro".

Saindo a campo, o Dr. Reinaldo Pereira de Brito obteve a adesão do jornalista Francisco Luiz Salvador, o Kiko, e num trabalho ingente, contando com o enorme esforço do Coronel Sérgio Barcelos, presidente do Comitê Olímpico, conseguiu adentrar no círculo de imigrantes participantes da maior competição esportiva-cultural desta cidade.

Somente assim foi possível que os negros brasileiros fossem consi-

ESTEREÓTIPOS NEGATIVOS SOBRE O NEGRO COMO IMIGRANTE

Razões econômicas	
Mau trabalhador	26
Razões intelectuais e morais	
Inteligência inferior, degenerado, amoral, indolente, bêbado e criminoso	19
Razões raciais	
Inferioridade congênita, ódio ao branco oculto no coração do negro	44
Existência do preconceito	9
Outras razões	9
Total pessoas entrevistadas	107

Fonte: Sociedade Nacional da Agricultura. Imigração, 1920

Como podemos ver, o negro passa de **imigrante forçado**, quando todos queriam o seu trabalho como escravo, a ser **imigrante indesejável** no mercado capitalista-racista que o substitui.

Um exemplo disto é a Olimpíada dos Imigrantes em São Paulo. Criada em 1975, somente cinco anos depois os afro-brasileiros são reconhecidos como participantes. Conforme boletim da Comissão Organizadora desse evento, a "ânsia de participação dos países africanos nas Olimpíadas dos Imigrantes germinou na mente do Dr. Reinaldo Pereira de Brito, ao ver a realização da mesma sem a presença da raça negra, na certeza com que poderiam

derados descendentes de africanos, ou seja, afro-brasileiros da mesma forma como se consideram os ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros, luso-brasileiros, etc.

A tentativa de se considerar os afro-brasileiros como simples seres sem ancestralidade, é uma herança da escravidão, cuja ideologia, ainda resiste em ter em pé de igualdade, aqueles que foram trazidos para o Brasil como escravos e aqueles que aqui chegaram para se tornarem senhores.

* (Sociólogo; Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas; Examinador de pós-graduação da USP; autor de inúmeros livros sobre o problema do negro no Brasil, destacando-se: *O Negro: de bom escravo a mau cidadão? Conquista. 1977; Brasil: raízes do protesto negro. Global. 1983*).

notas

- (1) Ramos, Artur. As culturas negras no novo mundo. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1937, pp.83/4
- (2) Weber, Max. História econômica geral. México, Ed. FCE, 1961, pp. 264/5
- (3) Weber, Max. Op. cit. p.256

- (4) Morse, Richard. A cidade de São Paulo no período de 1870 a 1890, In: Sociologia, Vol. XIV, nº 1, março de 1952, SP, p.31.
- (5) Alcântara Machado, José de. Suicídio na capital de São Paulo: 1876/1904. SP, 1905, p.27.